

Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2022 e 2021 e
relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Aeroporto de Pampulha, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2. Destaques de 2022

Em fevereiro de 2022 se deu início a fase I-A do Contrato de Concessão que caracteriza-se pela fase de transferência das operações do aeroporto da Infraero para a Concessionária. O objeto dessa fase contratual consistiu em todo o procedimento de transferência das operações do aeroporto, observadas as especificações constantes no anexo 5 – Plano de Transferência Operacional.

A partir de março de 2022, iniciou-se o trabalho de desenvolvimento comercial dos sítios aeroportuários do portfólio. Dentre os avanços conquistados, destacam-se renovações e assinatura de novos contratos de hangares, cessão de área para empresas aéreas, publicidade, entre outros.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1. Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A governança corporativa da companhia tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta por dois diretores, sendo um diretor presidente e um diretor sem designação específica. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições.

2.2. Gestão de Pessoas

Em dezembro de 2022, no aeroporto Pampulha há 34 colaboradores efetivos e o ativo conta com cultura matricial e com uma administração na sede da divisão aeroportos.

Além disso, a Companhia prima pela segurança de seus colaboradores e no ano de 2022 implementou diversas ações preventivas e inovadoras para garantir uma trajetória com meta de ZERO acidentes no decorrer de sua atividade.

2.3. Partes Relacionadas

De acordo com o Contrato de Concessão, entende-se por parte relacionada referente à Concessionária, qualquer pessoa controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura e transparência nos procedimentos, a utilização de parâmetros de mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais, o contrato de concessão estabeleceu a necessidade de publicação e implementação de uma política de transações entre partes relacionadas pela concessionária, a qual estabelece procedimentos específicos que deverão ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no contrato de concessão a respeito deste tema.

3. Dívida

Em janeiro de 2022 foi realizado um empréstimo no valor de R\$ 10 Milhões com o custo de CDI – Certificado de depósito interbancário + 2,2% a.a., com vencimento em julho de 2024 e pagamento de juros e principal no vencimento. Essa captação teve como destinação a utilização dos recursos para o fluxo de caixa da Companhia.

4. Considerações Finais

4.1. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, a Agência Nacional da Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizados e crescimento.

4.2. Auditores Independentes

No relacionamento com o auditor independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Belo Horizonte, 31 de março de 2023.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,

CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Belo Horizonte - BH

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

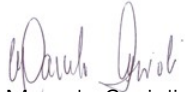
Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
			(não auditado)				(não auditado)
Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.691	10	Fornecedores	12	1.126	-
Aplicações financeiras	6	2.663	-	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	667	551
Contas a receber	7	3.969	-	Imposto de renda e contribuição social	14	368	-
Contas a receber - partes relacionadas		4	-	Impostos e contribuições a recolher	14	514	-
Tributos a recuperar		91	-	Dividendos		509	-
Despesas antecipadas e outras		179	-	Obrigações com o Poder Concedente		115	-
Outros		451	-	Obrigações sociais e trabalhistas	13	755	-
Total do ativo circulante		20.048	10	Outras obrigações		15	-
				Total do passivo circulante		4.069	551
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos	15	11.357	-
IR e CS diferidos	8	507	-	Outras obrigações		84	-
				Total do passivo não circulante		11.441	-
Imobilizado	10	220	-	Patrimônio líquido			
Intangível	11	46.382	551	Capital social	16a	53.648	10
Infraestrutura em construção	11	3.637	-	Reservas de lucros	16c	1.636	-
Total do ativo não circulante		50.746	551	Total do patrimônio líquido		55.284	10
Total do ativo		70.794	561	Total do passivo e patrimônio líquido		70.794	561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Demonstrações dos resultados
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2022</u>
Receita operacional	17	21.144
Custo dos serviços prestados		
Serviços		(3.577)
Custo da outorga		(115)
Amortização	11	(779)
Custo com pessoal		(3.239)
Custo de construção		(4.577)
Seguros		(1.152)
Eventos, feiras e congressos		(39)
Materiais equipamentos e veículos		(523)
Outros		(265)
		<u>(14.266)</u>
Lucro bruto		<u>6.878</u>
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas		
Serviços		(584)
Despesas com pessoal		(1.259)
Materiais equipamentos e veículos		(27)
Provisão para perda esperada		(742)
Outros		(244)
		<u>(2.856)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		4.022
Resultado financeiro	18	<u>(848)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>3.174</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8b	<u>(1.029)</u>
Lucro líquido do exercício		2.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	2.145
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>2.145</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital Social		Reserva de Lucros		Lucros acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Legal	Retenção de lucros		
Integralização de capital social em 28 de outubro de 2021	10	-	-	-	-	10
Aumento de Capital em 30 de novembro de 2021	53.638	(53.638)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	53.648	(53.638)	-	-	-	10
Integralização capital social em 28 de janeiro de 2022	-	39.823	-	-	-	39.823
Integralização capital social em 8 de agosto de 2022	-	4.000	-	-	-	4.000
Integralização capital social em 1 de dezembro de 2022	-	9.815	-	-	-	9.815
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.145	2.145
Destinações:						
Dividendo mínimo obrigatório	16d	-	-	-	(509)	(509)
Reserva legal	16b	-	107	-	(107)	-
Reserva de retenção de lucros	16c	-	-	1.529	(1.529)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	53.648	-	107	1.529	-	55.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		(não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.145	-
Ajustes por:		
Imposto renda e contribuição social diferidos	(507)	-
Amortização	779	-
Juros sobre empréstimos	1.545	-
Capitalização de custos de empréstimos	(98)	-
Constituição da provisão para devedores duvidosos	742	-
Comissão de fianças	112	-
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(49)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	(103)	-
	<u>4.566</u>	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(4.711)	-
Contas a receber - partes relacionadas	(4)	-
Tributos a recuperar	(91)	-
Despesas antecipadas e outros créditos	(630)	-
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	373	-
Fornecedores - partes relacionadas	4	551
Impostos e contribuições a recolher	514	-
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	(1.103)	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.471	-
Obrigações com o Poder Concedente	115	-
Obrigações sociais e trabalhistas	755	-
Outras contas a pagar	99	-
	<u>1.358</u>	<u>551</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>1.358</u>	<u>551</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(215)	-
Adição ao ativo intangível e infraestrutura em construção	(49.352)	(551)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(2.560)	-
	<u>(52.127)</u>	<u>(551)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(52.127)</u>	<u>(551)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos		
Captações (líquidas de custos de transação)	9.812	-
Integralização de capital	53.638	10
	<u>63.450</u>	<u>10</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>63.450</u>	<u>10</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>12.681</u>	<u>10</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	10	-
No final do exercício	12.691	10
	<u>12.681</u>	<u>10</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A. (“Companhia” ou “Concessionária do Aeroporto da Pampulha”), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na localizada na Praça Bagatelle, nº. 204, bairro São Luiz, CEP 31.270-705, Belo Horizonte/MG.

O Contrato de Concessão do Aeroporto da Pampulha foi assinado em 21 de janeiro de 2022, por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, até 22 de fevereiro de 2052.

A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade – Aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte/MG.

Durante o primeiro semestre de 2022 a Concessionária concluiu o processo de assunção das operações junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e cumpriu com todos os requisitos contratuais e regulatórios necessários à assunção das operações do aeródromo. Sendo assim, em 01 de maio de 2022, deu-se início à operação do Aeroporto da Pampulha pela Concessionária.

Em agosto de 2022, a Concessionária submeteu à apreciação do Poder Concedente o Plano de Gestão da Infraestrutura Aeroportuária – PGI contendo o planejamento para o atendimento aos requisitos de infraestrutura no Aeroporto durante todo o período da concessão

Em dezembro de 2022, a Concessionária concluiu a implementação das ações e intervenções imediatas que objetivam aprimorar os padrões operacionais do Aeroporto da Pampulha, por meio da melhoria das condições de utilização dos banheiros e fraldários, revitalização e atualização das sinalizações de informação, revisão e melhoria do sistema de iluminação das vias de acesso de veículos, revisão dos sistemas de climatização, correção de fissuras e infiltrações e melhoria das condições de infraestrutura em termos de acessibilidade e demais atividades identificadas.

Por fim, em fevereiro de 2023 a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais – SEINFRA/MG, Poder Concedente, aprovou, tempestivamente, o PGI apresentado pela Concessionária e considerou o Estágio 3 da Fase I-A como concluído, tendo início a Fase I-B do Contrato de Concessão, fase de realização de investimentos, obras e melhorias obrigatórias no Aeroporto, com duração até fevereiro de 2026.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 31 de março de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3n - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

7	Provisão para perda esperada
8b	Impostos diferidos
11	Amortização de ativos intangíveis
19	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos.

As receitas não tarifárias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração dos contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “n”

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados à cada unidade geradora de caixa.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre empréstimos e recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros

k) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercício fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

m) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (b) e 14 da OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia adota a prática contábil de ativar o preço da delegação do serviço público, reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente, baseado nos termos contratuais.

Neste tipo de contrato, o concessionário adquire um direito de exploração, uma licença para operar por prazo determinado e, conseqüentemente, a obrigação irrevogável de (a) efetuar pagamentos em caixa ao Poder Concedente e (b) realizar melhorias e expansões da infraestrutura.

O passivo está apresentado pelo valor presente da obrigação.

n) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 – R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de passageiros estimada como base para a amortização.

o) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022:

• **Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)**

As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022.

p) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); e
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos a financiamentos. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 15 e 19.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 2 e 3 anos
Empréstimos (a)	-	14.352
Fornecedores	1.126	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	667	-
Dividendos	509	-
Obrigações com o Poder Concedente	115	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		(não auditado)
Caixa e bancos	11	10
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	12.680	-
Total - Caixa e equivalente de caixa	<u>12.691</u>	<u>10</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	2.663	-
Total - Aplicações financeiras	<u>2.663</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,84% do CDI, equivalente a 12,41% a.a., em 31 de dezembro de 2022.

7. Contas a receber

	<u>2022</u>
Circulante	
Contas a receber (a)	<u>4.711</u>
	4.711
Provisão para perda esperada - contas a receber (b)	<u>(742)</u>
	<u>3.969</u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2022</u>
Créditos a vencer	3.668
Créditos vencidos até 60 dias	452
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	163
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	399
Créditos vencidos há mais de 181 dias	29
	<u>4.711</u>

(a) Receita com manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária;

(b) Reflete a perda esperada referente aos créditos a receber.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	2.145
Alíquota nominal	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(729)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes	
Despesas indedutíveis	(2)
Incentivos relativos ao imposto de renda	28
Outros	<u>25</u>
Impostos correntes	(1.536)
Imposto diferido	<u>507</u>
	<u>(1.029)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>47,97%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2022</u>			
	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Valor Líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
Provisão para participação nos resultados (PLR)	100	100	100	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	252	252	252	-
Capitalização de juros	(34)	(34)	-	(34)
Pré operacionalidade (a)	230	230	230	-
Custo de transação de empréstimos	(41)	(41)	-	(41)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	<u>507</u>	<u>507</u>	<u>582</u>	<u>(75)</u>
Compensação de imposto	-	-	(75)	75
Imposto diferido líquido ativo	<u>507</u>	<u>507</u>	<u>507</u>	<u>-</u>

(a) Conforme IN 1700 de 2017 artigo 128, o imposto diferido das despesas pré operacionais irão realizar-se no momento que a Companhia entrar em operação, sendo realizado de forma linear em 60 parcelas.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Saldos			Total
	2022			
	Controladora direta	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	
Ativo				
Aplicações financeiras	-	-	110	110
Bancos conta movimento	-	-	8	8
Contas a receber	-	-	4	4
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar	117	501	49	667
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	559	-	559
Empréstimos	-	-	11.357	11.357
	Transações			
	2022			
	Controladora direta	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Despesas financeiras	-	-	810	810
Receitas aeroportuárias	-	-	18	18
Custos / despesas de serviços prestados - suporte e manutenção tecnologia	-	-	236	236
Repasse de custos e despesas de colaboradores	47	-	-	47
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	-	1.710	-	1.710
Despesas de prestação de garantias em dívidas	-	112	-	112
Benefício da previdência privada de colaboradores	1	-	6	7
Receitas de locação de espaços	-	-	747	747
Custos /despesas - Serviços especializados e consultorias	-	-	3	3

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos da sua Controladora a Companhia de Participações em Concessões (“CPC”).

10. Ativo imobilizado

	2021	2022	
	Saldo inicial em 20/05/2021	Adições	Saldo final
Valor de custo			
Imobilizações em andamento	-	220	220
Total do custo	-	220	220
Total geral	-	220	220

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 5 em 31 de dezembro de 2022. A taxa média de capitalização em 2022 foi de 7,96% a.a. (custo de empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos).

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de amortização %	2021	2022		Saldo final
		Saldo inicial em 20/05/2021 (não auditado)	Adições	Transferências	
Valor de custo					
Direitos de concessão (a)		-	34.752	-	34.752
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		551	-	10.000	10.551
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	776	-	776
Total do custo		551	35.528	10.000	46.079
Valor de amortização					
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	-	(181)	-	(181)
Direito de concessão	(b)	-	(598)	-	(598)
Total da amortização		-	(779)	-	(779)
Total do intangível		551	34.749	10.000	45.300
Infraestrutura em construção		-	14.719	(10.000)	4.719

	Taxa média anual de amortização %	2021	
		Adições	Saldo final
Valor de custo			
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		551	551
Total do custo		551	551

- (a) Refere-se a outorga paga como condição precedente para a assinatura do contrato de concessão;
 e
 (b) Amortização pela curva do benefício econômico.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 93 em 31 de dezembro de 2022. A taxa média de capitalização em 2022 foi de 7,96% a.a. (custo de empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos).

12. Fornecedores

	2022
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	1.093
Cauções e retenções contratuais	33
	1.126

- (a) Refere-se, principalmente, aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2022</u>
Circulante	
Salários e remunerações a pagar	139
Benefícios, gratificações e participações a pagar	294
Encargos sociais e previdenciários	119
Provisão para férias	203
	<u>755</u>

14. Imposto de renda e contribuição a recolher e impostos e contribuições a recolher

	<u>2022</u>
Circulante	
Imposto de renda e contribuição social	
IRPJ e CSLL	368
	<u>368</u>
Impostos e contribuições a recolher	
ISS	97
Cofins	215
PIS, Cofins e CSLL retidos	99
PIS	46
IRRF	11
INSS retidos	46
	<u>514</u>

15. Empréstimo

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2022	Vencimento final	2022
Itaú	CDI + 2,20% a.a.	2,9773% (a)	188	122	Julho de 2024	11.357 (b)
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos						11.479
Custos de transação						(122)
						<u>11.357</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada; e

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Garantias:

- (b) Fiança corporativa da CCR S.A. na proporção de sua participação acionária indireta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2022</u>
2024	11.479
(-) Custo de transação	<u>(122)</u>
Total	<u><u>11.357</u></u>

A Companhia possui contratos financeiros de empréstimos com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 53.648, composta por 53.648.411 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da lei n.º 6.404/1976. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976).

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2022, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício	2.145
(-) Constituição de reserva legal	<u>(107)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>2.038</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>509</u>

17. Receitas operacionais

	<u>2022</u>
Receitas de construção (ICPC 01)	4.577
Receitas aeroportuárias	18.901
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	<u>379</u>
Receita bruta	<u>23.857</u>
Impostos sobre receitas	(2.063)
Abatimentos	<u>(650)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(2.713)</u>
Receita operacional	<u>21.144</u>

18. Resultado financeiro

	<u>2022</u>
Despesas financeiras	
Juros sobre empréstimos	(1.545)
Comissão de fianças	(112)
Capitalização de custo dos empréstimos	98
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	<u>(9)</u>
	<u>(1.568)</u>
Receitas financeiras	
Rendimento sobre aplicações financeiras	641
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	49
Juros e outras receitas financeiras	<u>30</u>
	<u>720</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(848)</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

	Nível	2022	2021 (não auditado)
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	11	10
Aplicações financeiras	Nível 2	15.343	-
		<u>15.354</u>	<u>10</u>
Custo amortizado			
Contas a receber		3.969	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		4	-
		<u>3.973</u>	<u>-</u>
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimo (a)	Nível 2	(11.357)	-
Fornecedores e outras obrigações		(1.225)	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		(667)	(551)
Dividendos		(509)	-
Obrigações com Poder Concedente		(115)	-
		<u>(13.873)</u>	<u>(551)</u>
		<u>19.327</u>	<u>10</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Empréstimos mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2022	
	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos (a)	11.479	11.809

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de financiamento, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ^{(3) (4)}	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI ⁽²⁾	11.479	(1.822)	(2.215)	(2.608)
Efeito sobre o empréstimo		(1.822)	(2.215)	(2.608)
CDI ⁽²⁾	15.343	2.067	2.584	3.100
Efeito sobre a aplicação financeira		2.067	2.584	3.100
Total do efeito de ganho / (perda)		245	369	492
A taxa de juros considerada foi⁽¹⁾:				
CDI ⁽²⁾		13,65%	17,06%	20,47%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2022, divulgada pelo B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia:

	<u>2022</u>
Compromisso de investimento	161.372

Os valores acima não incluem eventuais investimento contingentes e de nível de serviço.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. As transações que não afetam o caixa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2022</u>
Fornecedores	802
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>802</u>
Adições ao ativo intangível	(802)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(802)</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	<u>Empréstimos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	-	-	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Captações (líquidas dos custos de transação)	(9.812)	-	(9.812)
Integralização de capital	-	(53.638)	(53.638)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>(9.812)</u>	<u>(53.638)</u>	<u>(63.450)</u>
Outras variações			
Juros sobre empréstimos	(1.545)	-	(1.545)
Outras variações que não afetaram o caixa	-	53.638	53.638
Total das outras variações	<u>(1.545)</u>	<u>53.638</u>	<u>52.093</u>
Saldo final	<u>(11.357)</u>	<u>-</u>	<u>(11.357)</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DA PAMPULHA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa	Presidente
Gustavo Marques do Canto Lopes	Membro Efetivo
Pedro Paulo Archer Sutter	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Fábio Russo Corrêa	Diretor Presidente
Miguel Dau	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 "S" MG